

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR Chefe da Divisão de Licitação da PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO-RJ**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2024

PROCESSO 15113/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE LINKS INTERNET. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do objeto, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA, brasileira, casada, Vereadora do Município de São José do Vale do Rio Preto e integrante da Comissão de Transição para o próximo governo eleito deste Município, portadora do RG nº 10757164-8 do IFP\RJ e inscrita no CPF nº 088.323.007-02, com endereço profissional na Rua Antônio Coelho Guerra, 55, Centro, São José do Vale do Rio Preto-RJ, CEP 25.780-000, vem a presença de Vossa Senhoria com base no art. 164, *caput*, da Lei 14.133/21, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Com base nos seguintes fundamentos de Direito Público.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que está sendo protocolada até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, que vai ocorrer no dia 05/12/24, conforme previsto no preâmbulo do edital do pregão eletrônico nº 56/2024, publicado no Diário Oficial do Município, link licitações.

DOS FATOS

A impugnante teve acesso ao processo administrativo nº 15113/2024, que foi encaminhado por este governo à Comissão de Transição para o novo governo eleito.

Ao verificar o processo, constatou-se que a pesquisa de preço realizada ocorreu por meio de 03 fornecedores, nos termos do art. 23, IV da Lei 14.133/21.

Entretanto, observou-se que uma das empresas, C-COM TELECOM SERVIÇOS LTDA, já presta serviços ao Município, através do contrato nº 112/2020, conforme mencionado na cláusula 1.3 do edital, tendo ofertado preço no valor de R\$ 40.769,60 mensais.

O valor do contrato 112/2020 com a empresa C-COM TELECOM SERVIÇOS LTDA foi de R\$330.000,00 anual, conforme extrato publicado no DO DO dia 24 de Abril de 2020, tendo sido aditivado esse valor em 25% , conforme corrigenda publicada no DO dia 31/03/2022, que atinge o valor de R\$412.500,00 anuais, sendo R\$ 34.375,00 mensais, o que demonstra elevação do preço do serviço em R\$6.394,60 mensais, sem a Administração justificar o aumento do preço, considerando que foi estimado preço médio anual de R\$43.326,27, que eleva o valor para R\$7.991,27, fato que demonstra desvantagem de preço para a administração.

Outro ponto relevante e mais grave é que a segunda empresa que apresentou o preço para a cotação foi a ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA no valor de R\$43.849,60 mensal, o que causou surpresa, uma vez que esta empresa, ao que parece, pertence ao mesmo dono da empresa C-COM TELECOM SERVIÇO LTDA, conforme publicado pelo representante legal da empresa CCOM TELECOM no facebook no dia 21/11/24, que postou o seguinte:

“A CCOM TELECOM, uma das maiores da região serrana em sua área de atuação realizou a aquisição da ACESSA TELECOM”, um provedor de internet situado na zona da mata mineira com 3200 clientes.”

Vide print abaixo:

Publicações


Fotos

Vídeos



Carlos Eduardo Lagreca Alves



21 de nov. • 

A C-ComTelecom, uma das maiores da região serrana na sua área de atuação, realizou a aquisição da "Acessa Telecom", um provedor de internet situado na zona da mata mineira, com 3200 clientes. Além da aquisição, a C-Com irá investir em modernização da frota local, com a inclusão de carros elétricos e também na instalação d... [Ver mais](#)



A pesquisa realizada não obedeceu um dos princípios norteadores da Administração Pública, que é o da IMPESSOALIDADE. E, pior, a pesquisa foi feita no intuito de beneficiar a atual empresa contratada, pois se não fosse assim, não haveria a necessidade de uma empresa do “mesmo dono” apresentar proposta, o que por si só **ANULA** o presente procedimento licitatório, sem mencionar as graves consequências legais advindas da suposta fraude realizada.

Além dos fatos acima narrados, é de conhecimento desta Administração que o Senhor Bernard de Oliveira Casamasso, ex-Secretário de Planejamento e de Chefe de Gabinete, que atuou neste governo desde 01/01/2017 até 08/10/24, conforme a portaria nº 02 DE 07 de outubro de 2024, publicada no DO do Município no mesmo dia, foi contratado pela empresa CCOM TELECOM NO MÊS DE OUTUBRO DE 2024, fato que caracteriza o tráfico de influência no intuito de beneficiar a empresa CCOM TELECOM, considerando, ainda, que o fiscal de contrato nº 112/2020 foi o próprio Sr. Bernard.

Tal fato configura conflitos de interesses envolvendo ocupantes de cargo no âmbito do Poder Executivo Municipal, que teve acesso às informações privilegiadas, conforme previsto na Lei Federal nº 12.813/2013, por analogia, e art. 37, caput da CF/88.

O narrado demonstra que o atual prefeito, além de fazer uma licitação sem necessidade, considerando que o contrato nº 112/2020 finda em 16 de abril de 2025, ou seja, no próximo exercício financeiro e no próximo governo municipal, está beneficiando claramente a empresa C-COM TELECOM E SERVIÇOS LTDA.

DO PEDIDO

Sendo assim, a fim de evitar comunicação ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro sobre as supostas fraudes ora mencionadas, o que em tese, caracteriza crime contra a Administração Pública, nos termos do art. 337-F do Código Penal Brasileiro, com pena de reclusão, de 4 (quatro) anos a 8 (oito) anos, e multa, bem como instauração de Inquérito Civil Público por ato de improbidade administrativa, requer a **ANULAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024**.

Pede e espera deferimento.

São José do Vale do Rio Preto, 29 de novembro de 2024

DANIELA APARECIDA DE CARVALHO DA SILVA

Vereadora

Integrante da Comissão de Transição